

## **ATA DA 24ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA SUBCOMISSÃO DE PLATAFORMAS**

**Data:** 25 de novembro de 2008

**Local:** IBP- Rio de Janeiro

**Participantes:** José Roberto de Novaes Moniz de Aragão (MTE/SIT/DRT/RJ); Luiz Sérgio Brandão de Oliveira (MTE/SRTE/RJ); Antonio Lincoln Colucci (FUNDACENTRO); Augusto Madruga (FUNDACENTRO); José Roberto Paulon Silva (DPC); Alexandre Julianelli do Nascimento (ANP); Armando Pinto Freitas (SINDPETRO/NF); Cairo Garcia Corrêa (FUP); Carlos Alberto Monteiro (PETROBRAS); Luiz Molle (PETROBRAS); Sérgio Dacorso (SYNDARMA); Oton Corrêa (IBP); Luiz Moschini (IBP);

1. A reunião iniciou-se com o quorum necessário.
2. Em seguida foi aprovada a ata da 23ª RO, apenas com a correção do nome de um dos participantes anotado em duplicidade.
3. Em seguida passou-se a continuidade da discussão do tema “DAS CONDIÇÕES DE VIVÊNCIA A BORDO”, sendo aprovados os seguintes itens, seguindo roteiro substitutivo apresentado pela bancada dos empregadores:

### **Condições gerais:**

- a. A ocupação dos camarotes, alojamentos provisórios e acomodações temporárias deve ser separada por sexo. (aprovado na 23ª RO)
- b. os camarotes, alojamentos provisórios e acomodações temporárias devem ter as dimensões adequadas e ser devidamente equipados, de modo a propiciar conforto e a facilitar sua limpeza e ordem (aguardando aprovação)
- c. Em todas as circunstâncias, deve haver um leito para cada trabalhador a bordo;(Aprovado na 23ª RO)
- d. As dimensões interiores de todos os leitos deverão ser, no mínimo, de 198 por 80 centímetros; (Aprovado na 23ª RO)
- e. Os camarotes, não poderão ser para mais de quatro pessoas; nesse caso, a superfície disponível não poderá ser inferior a 3,6 m<sup>2</sup> por pessoa.
- f. Os alojamentos provisórios e acomodações temporárias não poderão ser para mais de quatro pessoas; nesse caso, a superfície disponível não poderá ser inferior a 3,00 m<sup>2</sup> por pessoa.
- g. Todo mobiliário deverá ser de material liso, sem cantos vivos, resistente e mantidos em boas condições de uso. (Aprovado na 23ª RO)
- h. Devem ser adotadas medidas técnicas para obtenção de níveis de ruídos adequados, não superiores a 60 dB(A) – Em consulta proposta alternativa do Governo para valores entre 55 e 60 db(A)
- i. Os materiais utilizados na construção de anteparas internas, revestimento e forro, pisos e juntas deverão ser apropriados ao seu propósito e propícios a um ambiente saudável; Deve ser instalado um sistema de iluminação de modo a manter nos camarotes, alojamentos provisórios e acomodações temporárias um nível mínimo de iluminamento geral e difuso de 100 lux.

- j. Cada cama deve ser provida de uma luminária individual.
- k. Nos casos de prévia utilização de qualquer acomodação por trabalhador portador de doença infecto-contagiosa, o local deverá ser submetido a desinfecção.
- l. As camas devem estar colocadas a uma distância horizontal uma da outra de modo a que se permita o acesso a uma delas sem passar por cima da outra.
- m. a cama superior deve ser provida de proteção lateral e escada fixa.
- n. é vedada a sobreposição de mais de duas camas.
- o. as camas não devem estar dispostas a menos de 30 cm do piso.
- p. os colchões utilizados devem ter, no mínimo, densidade 30 (em consulta) ou correspondente e espessura de 10 cm, mantidos em bom estado de asseio, higiene e conservação.
- q. o fornecimento, conservação e higienização da roupa de cama serão por conta do empregador.

**Requisitos de ventilação, refrigeração e exaustão:**

- a. os camarotes, alojamentos provisórios e acomodações temporárias devem ser devidamente ventilados e refrigerados;
- b. todas as instalações sanitárias devem ser atendidas por um sistema de exaustão que não permita o retorno dos gases para as áreas de vivência.

**Camarotes**

Com respeito aos requisitos específicos relativos aos camarotes em plataformas e instalações de apoio devem ser observados os seguintes requisitos mínimos:

- a) Para os camarotes individuais ou duplos, a superfície disponível para os ocupantes não poderá ser inferior a 7,5 m<sup>2</sup>
- b) Para cada ocupante, o mobiliário deverá incluir um guarda-roupa provido de gaveta, prateleira e cabides, com volume mínimo de 0,5 m<sup>3</sup>, sendo passível de ser trancado pelo ocupante.
- c) Cada camarote deve contar com uma mesa ou escrivaninha, que poderá ser do tipo fixo, de tampo dobrável ou corrediço, e provida de assento
- d) Cada camarote deve estar provido de um espelho podendo este ser instalado na parte interna do armário, um pequeno armário para artigos usados no asseio pessoal, podendo este ser localizado na instalação sanitária, uma prateleira para livros e um cesto de lixo.
- e) As tubulações de vapor, de descarga de gases e outras semelhantes, não devem passar pelo interior das acomodações nem pelos corredores que levem a elas. Quando por

motivos técnicos, essas tubulações passarem por tais corredores, devem estar isoladas e protegidas.

- f) A área de circulação para acesso aos camarotes deve ter a largura mínima de 1,20 m.
  - g) Cada camarote deve ser provido de instalação sanitária para uso exclusivo de seus ocupantes, provida de armário, espelho, secador de toalhas e alça de apoio.
  - h) A altura livre dos camarotes não poderá ser inferior a 240 centímetros,
  - i) O camarote deverá ser adequadamente isolado não podendo haver quaisquer aberturas diretas entre os camarotes e a praça de máquinas, compartimento de carga, cozinha, paiol, lavanderias ou áreas sanitárias comuns;
  - j) Deve haver antepara separando os camarotes das áreas externas de processamento de óleo e gás. Estas anteparas externas devem ser construídas de aço ou outro material aprovado, impermeável à água e gás;
4. Complementando a reunião foi feita a apresentação do texto abaixo, proposto pelo governo como roteiro para discussão do item sobre PROTEÇÃO DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA MÉDICA À BORDO:

#### **Proteção da saúde e assistência médica a bordo**

- 1. Todas as plataformas e suas instalações de apoio devem ser mantidas em condições sanitárias e higiênicas adequadas.
- 2. Devem ser permanentemente adotadas medidas que visem a proteção da saúde e assistência médica de todos os trabalhadores a bordo. Tais medidas devem:
  - a. garantir que todos os trabalhadores a bordo tenham sido submetidos a exames médicos prévios ao embarque de acordo com a NR-07;
  - b. ter por objetivo oferecer aos trabalhadores a bordo uma assistência médica tão próxima quanto possível da que gozariam caso estivessem em terra;
  - c. garantir que a assistência médica e sanitária prestada os trabalhadores embarcados seja gratuita.
  - d. não limitar-se ao tratamento dos trabalhadores doentes ou acidentados, incluindo-se também medidas de caráter preventivo incluindo-se programas de promoção da saúde e de educação sanitária, a fim de que os trabalhadores também possam contribuir ativamente para a redução da frequência das enfermidades a que estejam sujeitos.
- 3. Todas as plataformas e instalações de apoio devem dispor de uma caixa de medicamentos e de um guia médico internacional de bordo.

4. O conteúdo desta caixa de medicamentos e os procedimentos para sua utilização devem atender as normas da autoridade sanitária.
5. A autoridade sanitária a fim de determinar e revisar periodicamente o conteúdo desta caixa de medicamentos deverá levar em consideração as recomendações internacionais sobre o assunto, emanadas da Organização Mundial da Saúde, bem como os progressos realizados em matéria de conhecimentos médicos e métodos de tratamento aprovados.
6. Em caso de urgência, quando um medicamento prescrito a um trabalhador por um médico não figure no rol dos medicamentos a bordo, o responsável pela operação da instalação deverá tomar todas as medidas necessárias para obter o medicamento.
7. O operador da instalação deve garantir, mediante um sistema preestabelecido, que em qualquer hora do dia ou da noite as plataformas possam efetuar consultas médicas por rádio ou satélite, incluindo o assessoramento de especialistas.
8. Com a finalidade de garantir um uso otimizado dos meios disponíveis para efetuar consultas médicas por rádio ou satélite, todas as plataformas e instalações de apoio devem estar dotadas de um sistema de comunicação organizado, capaz de acessar uma estação terrestre através a qual se possa fazer a consulta médica.
9. Os trabalhadores a bordo responsáveis pelo acionamento do sistema de consulta médica por rádio ou satélite devem estar devidamente instruído para operar o equipamento e para compreender as informações recebidas pelo médico consultado, a fim de executar as medidas que devem ser adotadas.
10. Todas as plataformas e instalações de apoio com mais de 50 trabalhadores a bordo devem possuir a bordo um ou mais profissionais de saúde devidamente habilitados e treinados para prestar assistência médica e primeiros socorros.
11. As plataformas e instalações de apoio que não tenham profissionais de saúde a bordo devem possuir entre seus trabalhadores uma ou mais pessoas especificamente capacitadas em atendimento de primeiros socorros.
12. Todos os trabalhadores a bordo de plataformas e instalações de apoio devem receber um treinamento prático sobre as medidas que devem ser adotadas em caso de acidente ou outro tipo de emergência médica a bordo
13. Todas as plataformas com mais de 15 trabalhadores a bordo devem dispor de uma enfermaria.
14. A enfermaria deve estar situada de maneira que seja de fácil acesso e que seus ocupantes possam estar alojados comodamente e receber, com boas ou más condições climatológicas, a assistência necessária.
15. A enfermaria deve ser concebida de modo que facilite as consultas e primeiros socorros.
16. A entrada, as camas, o iluminamento, a ventilação, o condicionamento de ar, a calefação e o fornecimento de água para a enfermaria devem funcionar de maneira a assegurar a comodidade e facilitar o tratamento de seus ocupantes.
17. A autoridade sanitária prescreverá o número de camas que devem estar instaladas na enfermaria.
18. Os ocupantes da enfermaria devem dispor de um banheiro para uso exclusivo situado na própria enfermaria ou nas suas proximidades.
19. A enfermaria não poderá ter outro uso que não seja para a assistência médica.
20. Deverá ser adotado um modelo único de PCMSO para todos os trabalhadores a bordo

21. Deve ser possível em caso de enfermidade ou acidente ao médico a bordo ou em terra (no caso de consulta médica por rádio ou satélite) acessar a informações atualizadas do prontuário médico dos trabalhadores a bordo sendo admitido meios eletrônicos.
  22. Todas as plataformas situadas num mesmo campo ou numa mesma área geográfica, devem cooperar mutuamente no sentido de fomentar a proteção da saúde e a assistência médica dos trabalhadores a bordo.
  23. Tal cooperação deve prever no mínimo:
    - a. elaboração e manutenção de um plano de ajuda mútua (PAM) e um plano de controle de emergências (PCE) de modo a coordenar os esforços de busca e salvamento e organizar a assistência médica e evacuação de trabalhadores gravemente enfermos ou acidentados a bordo, com acesso a um centro de coordenação de operações de salvamento com serviço de helicópteros para casos de urgência.
    - b. compilação e manutenção uma lista de médicos e centros de assistência médica disponíveis para serem acionados em caso de urgência e acidentes.
    - c. meios para desembarque de trabalhadores a bordo com vistas a um tratamento de urgência.
    - d. compilação e avaliações estatísticas unificadas relativas a acidentes, enfermidades e mortes de origem profissional de todos trabalhadores embarcados.
    - e. organização de centros de treinamento e formação profissional específicos para a atividade a bordo de plataformas.
    - f. medidas para facilitar o transporte ou repatriamento dos corpos ou cinzas dos trabalhadores falecidos, segundo desejo de seus parentes mais próximos.
  24. Deve ser adotadas medidas no sentido de estabelecer uma cooperação internacional na esfera da proteção a saúde e assistência médica dos trabalhadores embarcados, com outros países onde se desenvolvam atividades similares.
5. Nada mais a tratar, a 25ª Reunião Ordinária foi confirmada para o dia 12/12/2008 das 10:00 às 17:00 hs, na sede do IBP, no Rio de Janeiro, para continuidade das discussões do item “DAS CONDIÇÕES DE VIVÊNCIA A BORDO” e “DA PROTEÇÃO DA SAÚDE E ASSISTÊNCIA MÉDICA À BORDO.

**José Roberto de Novaes Moniz de Aragão**  
**Coordenador da Subcomissão de Plataformas**